



INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

IMPACTO DAS MEDIDAS DE AUSTERIDADE NA POLÍTICA
DE SEGURANÇA SOCIAL E NO TRABALHO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS AFETOS AO RENDIMENTO SOCIAL
DE INSERÇÃO NO DISTRITO DE COIMBRA

NATÉRCIA MARIA SANTOS MIRÃO VICENTE

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em
Serviço Social

Coimbra, 2015



Impacto das medidas de austeridade na Política de Segurança Social e no trabalho dos Assistentes Sociais afetos ao Rendimento Social de Inserção no Distrito de Coimbra

NATÉRCIA MARIA SANTOS MIRÃO VICENTE

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Alcina Martins

Coimbra, julho de 2015

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Alcina Martins todo o empenho e dedicação. O nosso reencontro no campo da investigação, passados 20 anos da minha licenciatura nesta instituição, foi para mim um privilégio.

Agradeço aos meus pais sempre presentes com um incentivo moral e com o exemplo histórico da capacidade de resolução de problemas, melhorando e intervindo na comunidade sempre com voz ativa, seja qual for o contexto político/económico. Educada num tempo de obrigação pela solidariedade para com o outro, numa perspetiva de consciência individual cultivada pela minha mãe e pelo meu pai a participação em ações sociais de cariz coletivo.

Como introdução ao tema, louvo o meu pai pela intervenção cívica que teve na nossa comunidade natal durante mais de duas décadas, como dirigente associativo e visionário, com dedicação a causas sociais. Pela sua determinação, enquanto presidente da comissão instaladora da Casa do Povo de Lavos em 1973, em plena época Marcelista, sob a alçada do Ministério das Corporações e Previdência Social e Ministério da Saúde e Assistência, (Decreto-lei nº 249/73 de 17 de maio), investigou os documentos legais de inscrição em regime agrícola da população rural, desprovida de qualquer apoio social. Na omissão da norma, eliminou barreiras de género ao permitir que as mulheres encaradas como cidadãs de segunda, com “cota mais baixa” mas também consequentemente com menores regalias, se pudessem inscrever na denominada cota de género masculino, pagando quota igual, usufruindo assim de direitos iguais. A Casa do Povo de Lavos, após a revolução de 1974, foi considerada um exemplo a seguir.

Comemorei com eles a queda da ditadura em 1974, cuja memória me transporta para um ambiente de luta e festa: lenços de franjas pelas costas e megafones. Cenário de ruas repletas de gente, entoando palavras de ordem pela Liberdade.

Aos meus afetuosos filhos e ao meu marido, companheiro de vida!

RESUMO

O presente trabalho incidiu no desenvolvimento da política de Segurança Social em Portugal após a revolução de 1974, relacionando a construção do Estado Social, a integração na Comunidade Económica Europeia e posteriormente o incremento de medidas neoliberais.

Pretendeu-se investigar o impacto da austeridade nas políticas da Segurança Social e no trabalho dos Assistentes Sociais, afetos à medida de Rendimento Social de Inserção no Distrito de Coimbra, no contexto de erosão do Estado Social.

Para a realização deste trabalho recorreu-se a uma análise sócio histórica de natureza qualitativa, alicerçada numa pesquisa bibliográfica sobre a política de Segurança Social e as implicações quanto ao cômputo de Assistente Sociais afetos às mesmas políticas, nomeadamente ao Rendimento Social de Inserção (1995-2015) e na recolha de documentos relativos aos mapas de pessoal, do Centro Regional de Segurança Social e do Centro Distrital de Coimbra

Foi possível identificar a relação entre o crescimento do número de Assistentes Sociais com a construção do Estado Social, a implementação de políticas sociais e com o investimento no terceiro setor. Em vinte anos, no Centro Distrital de Coimbra e no âmbito do RMG/RSI, houve um crescimento do número de Assistentes Sociais em 85,7% e um crescimento exponencial de 1.250% no mesmo âmbito, para o terceiro sector. A partir da crise iniciada em 2008 foi mais visível a diminuição do número de Assistentes Sociais no Centro Distrital. Assistiu-se à transferência das responsabilidades do Estado em matéria de Ação Social para o privado. A criação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) em 2013 é expressão desta realidade, permitindo que a articulação entre serviços desconcentrados da Segurança Social, IPSS'S e outros agentes da comunidade, transite para uma entidade do terceiro sector. Estas estratégias inserem-se na Europa 2020 dominada por um modelo macroeconómico de exigência de medidas de austeridade e de redução do Estado Social, asfixiam o trabalho dos Assistentes Sociais remetendo-o ao assistencialismo.

Palavras-chave: Austeridade; Segurança Social; Trabalho dos Assistentes Sociais; Rendimento Social de Inserção.

ABSTRACT

Our job was to look at development policy and Social Security in Portugal, after 1974 revolution. We relate the Welfare State construction, the integration in the European community and subsequently the incremental of neo-liberal measures.

The research explores the impact of austerity context in the social security policies, and in the work of the social workers, that were allocated to the Social Integration Income (RSI) measure, in District of Coimbra, in the context of the erosion of the Welfare State.

We did a socio-historical qualitative analysis, based on data collection from documents related to the personnel charts. Additionally, we undertook a bibliographical research about the topic of Social Security Policy and the implications for the Social Workers allocated to the Social Security, namely to the Social Integration Income, in the period between 1995 and 2015, from the Social Security Regional Center and from the District Center of Coimbra.

It was been possible to identify the relation between the growth of number of the Social Workers following the construction of the Welfare State, the implementation of social policies and the investment on the third sector. Over twenty years, in the District Center of Coimbra and in the framework of RMG/RSI, there was an increase of 85, 7% of the number of the Social Workers and an exponential increase of 1250% in the third sector. Since 2008 crisis, the decrease of the number of Social Workers was more visible. There was a shifting of responsibilities, in the Social Action matters, from the State to the private sector. The creation, in 2013, of the Local Network of Social Integration (RLIS) is a consequence of this reality. This enables the transference of the coordination of the decentralized departments of the Social Security, of the nonprofit organizations and other community agents, to the sphere of the third sector.

These strategies are integrated into Europe 2020 framework that is dominated by a macroeconomic model of austerity, with tendency to reduce the Welfare State, which stifles the work of Social Workers and limited to handouts.

Key Words: Austerity; Social Security; Work of the Social Workers; Social Integration Income.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO SOCIAL ÀS TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA SOCIAL E A RELAÇÃO COM O TERCEIRO SECTOR.....	3
1.1. DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO DO ESTADO SOCIAL EM PORTUGAL	4
1.2. NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA DE SEGURANÇA SOCIAL	6
1.3. TERCEIRO SECTOR E AS RELAÇÕES COM A SEGURANÇA SOCIAL	9
1.4. DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO AO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO.....	12
2. EROSÃO DO ESTADO SOCIAL E IMPACTO DA AUSTERIDADE NA POLÍTICA DE SEGURANÇA SOCIAL.....	15
2.1. ALTERAÇÃO DAS MEDIDAS DE POLÍTICA DA SEGURANÇA SOCIAL	15
2.2. IMPACTO DA AUSTERIDADE NO RSI E AS NOVAS MEDIDAS DE ASSISTÊNCIA.....	17
3. OS ASSISTENTES SOCIAIS NA SEGURANÇA SOCIAL E O TRABALHO NO RSI, NO DISTRITO DE COIMBRA	20
3.1. QUESTÃO SOCIAL E FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	20
3.2. A POLÍTICA DE SEGURANÇA SOCIAL E OS ASSISTENTES SOCIAIS.....	22
3.2.1. Os Assistentes Sociais e as carreiras na Administração Pública, na Segurança Social 25	
3.2.2. Os Assistentes Sociais afetos à medida de RMG/RSI e condição do seu exercício 27	
4. CONCLUSÃO	34
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1: N° Assistentes Sociais afetos ao RMG/RSI – ISS, IP-CDC/IPSS- Distrito de Coimbra	31
Tabela nº 2: Total de beneficiários de RMG/RSI - Segurança social - Distrito de Coimbra...	31

SIGLAS

APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social

CAP - Contrato Administrativo de Provedimento

CEE - Comunidade Económica Europeia

FEAC - Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAF – Instituto de Apoio à Família

IAS - Indexante de Apoios Sociais

IFAS - Instituto da Família e Ação Social

IDS-Instituto de Desenvolvimento Social

ISS, IP - Instituto de Segurança Social, Instituto Público

ISSS - Instituto de Solidariedade e Segurança Social

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

MTSS- Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

ONG's - Organizações Não Governamentais

PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira

PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

PDIAS - Projeto de desenvolvimento Integrado de Ação Social

PEC - Programa de Estabilidade e Crescimento

PIB - Produto Interno Bruto

PIDDAC- Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PNAI - Plano Nacional de Ação para a Inclusão

POEFDS - Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional

RLIS - Rede Local de Intervenção Social

RMG - Rendimento Mínimo Garantido

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

STFPC - Sindicato dos trabalhadores da Função Pública do Centro

UDSP - Unidade de Desenvolvimento Social e Programas

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no âmbito do mestrado em Serviço Social da Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torgal ao abrigo do regime especial.

Dissertamos sobre o tema da austeridade na política de Segurança Social e no trabalho dos Assistentes Sociais na execução da medida de política social do Rendimento Social de Inserção.

A escolha do tema tem um significado relevante, tanto do ponto de vista social como profissional pela atividade como colaboradora, desde novembro de 1997, no Centro Regional de Segurança Social do Centro, Serviço Sub-Regional de Coimbra, atualmente Instituto de Segurança Social (ISS,IP) provida em concurso público para implementar a medida do Rendimento Mínimo Garantido e dirigente sindical (STFP) por mais de uma década. Executamos políticas e programas sociais, acompanhamos de perto as alterações que têm ocorrido nos últimos anos e sua implicação na carreira e profissão dos Assistentes Sociais.

A preocupação de desenvolver uma investigação mais aprofundada sobre a alteração das políticas de Segurança Social e da condição de trabalho dos Assistentes Sociais nas últimas décadas, prende-se com o facto do momento atual se encontrar assente num quadro de uma Europa frágil, ligado a um modelo social europeu de influência neoliberal, com forte impacto nas políticas sociais desenvolvidas em Portugal.

Pretende-se aprofundar teoricamente a natureza da política de Segurança Social e debater os desafios que a austeridade encerra, assim como o seu impacto na profissão dos Assistentes Sociais, afetos ao Rendimento Social de Inserção no Distrito de Coimbra. Quanto aos procedimentos metodológicos adotados que nos permitiram a compreensão e rigor dos resultados, salientamos o recurso às seguintes fontes: documentos legais, análise de documentos de acesso público, tais como mapas de pessoal desde 1985 a 2015 e dissertações de mestrado. A pesquisa bibliográfica incidiu sobre o desenvolvimento da política de Segurança Social em Portugal após a revolução de 1974, a construção do Estado Social, o incremento de medidas neoliberais, assim como a relação da questão social, políticas sociais e alterações no Serviço Social. Destacamos o estudo de autores de referência nacional e internacional, tais como: José Paulo Netto; Alcina Martins; Juan Mozzicafredo; Pedro

Hespanha; Rosa Tomé; Robert Castel; Raquel Varela; Raquel Raichelis, permitindo-nos estruturar o trabalho em quatro pontos.

O primeiro ponto aborda questões da natureza da construção do Estado Social, transformações da política de Segurança Social e sua relação com terceiro setor. Abordam-se os direitos sociais e as políticas de Segurança Social no contexto de Estado Social em Portugal relacionando com as políticas sociais neoliberais e com o terceiro sector. Faz-se uma análise do contexto de desenvolvimento das mediadas de Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção e sua relação com o serviço social.

O segundo ponto far-se-á uma incursão à erosão do Estado Social e impacto da austeridade nas políticas de Segurança Social, nomeadamente do Rendimento Social de Inserção e implementação de novas medidas assistencialistas. O terceiro ponto centra-se na análise da questão social e os fundamentos do Serviço Social, seguindo-se uma abordagem às políticas sociais e a sua relação com os Assistentes Sociais afetos ao Rendimento Social de Inserção no Distrito de Coimbra e o desenvolvimento das carreiras, assim como às condições do seu exercício na administração pública, nomeadamente na Segurança social. Por último uma reflexão como conclusão do trabalho.

1. DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO SOCIAL ÀS TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA SOCIAL E A RELAÇÃO COM O TERCEIRO SECTOR

O processo de industrialização ampliou-se a nível mundial a partir de séc. XVIII, tendo impulsionado o desenvolvimento de uma sociedade capitalista. Este modelo capitalista ofereceu excedentes económicos, desenvolvimento tecnológico, permitindo mais tarde a viabilização do Estado Providência.

Desde 1880, nomeadamente pela mão do Estadista Alemão Bismarck, foram introduzidos alguns programas sociais, traduzidos em seguros sociais obrigatórios, colocando a tónica num Estado mais ativo e protetor.

A primeira metade do Século XX foi um período marcado por profundas transformações provenientes de factos históricos de grande relevância, como a crise do liberalismo, primeira guerra mundial, crise da bolsa 1929, ascensão do fascismo e a segunda guerra mundial. Estes acontecimentos provocaram grandes modificações sobre a visão da sociedade transportada desde o século XIX. Em consequência dessas mudanças, no campo político colocou-se em causa o liberalismo clássico e contestaram-se antigos valores, desenvolvendo políticas voltadas para a assistência social.

A evolução da União Europeia e do próprio modelo social europeu foi oscilando mediante acordos e desacordos das várias partes, dependendo das características comuns aos vários Estados Providência, bem como da sustentabilidade e garantia dos direitos sociais. Este modelo que emergiu na segunda metade do século XX na Europa Ocidental e estendeu-se para outras regiões e países chegou ao auge na década de 1960.

Existiram muitos debates acerca do conceito de Estado Providência. O próprio termo possui diversas variações: Welfare State, Estado de Bem-Estar Social, Proteção Social, Estado Protetor, Estado Social. Os investigadores utilizam e adjetivam o conceito segundo a sua perspetiva de abordagem, criando alguma imprecisão conceitual (Esping-Andersen, 1991). Segundo Esping-Andersen (1991) o Estado Providência viabilizou-se pelo pacto de classes, força proletária com o apoio dos sindicatos e graças à tendência da elite económica com o objetivo de manter a força produtiva. Este modelo de estado protetor faz parte de um amplo processo civilizacional e modernizador decorrente do sistema capitalista de tipo industrial.

Recordamos o modelo britânico Welfare State, após o relatório “Social Insurance and allied Services” redigido e apresentado por William Beveridge, pretendeu-se criar algumas medidas de natureza universalistas e igualitárias para fazer face ao flagelo da II Guerra Mundial. Entendia que a Segurança Social devia incidir num acordo entre o Estado e o indivíduo devendo o primeiro assegurar segurança, proteção e um nível mínimo de rendimento para que o cidadão pudesse viver distante da miséria. Emergiram na Europa, após a segunda Guerra Mundial, os Estados Providência alicerçados nas políticas sociais em domínios como: Segurança Social, Saúde, Educação e Emprego.

A Grã-Bretanha foi o país que se destacou na construção do Estado Providência com a aprovação, em 1942 de serviços sociais de providência na área da saúde e educação, mais tarde com expansão nas áreas da habitação e segurança social. Paralelamente à prestação de serviços sociais, o Estado Providência passou a intervir fortemente na área económica, de modo a regulamentar praticamente todas as atividades produtivas assegurando alguma estabilidade material a par da diminuição das desigualdades sociais.

As estruturas do Estado Providência estavam relacionadas com o grau de desenvolvimento económico de um determinado país, assente no facto de se considerar a sociedade como um sistema social, uma rede de instituições e grupos sociais, um espaço de articulação entre conflitos e integração. A ligação existente entre conflito e integração permite a existência de fluxo e o funcionamento do sistema político. O Estado Providência apresentou-se como o resultado do funcionamento do sistema político (Mozzicafreddo, 2000).

Nos finais dos anos 70, do século passado, este modelo de Estado entrou em crise.

1.1. Direitos Sociais e Política Social no Contexto do Estado Social em Portugal

No Século XIX desenvolveram-se movimentos associativos operários, com maior relevância em zonas urbanas, essencialmente industrializadas. Na segunda metade do mesmo século, surgiram associações de socorros mútuos, com crescimento exacerbado, cuja finalidade passou pelo apoio médico e medicamentoso e a atribuição de prestações pecuniárias aos seus associados (Varela, 2012).

O Estado Social Português nasceu tardiamente. Enquanto na Inglaterra o plano Beveridge, de 1942, já estava a ser posto em causa com políticas de austeridade, em Portugal nasceu 30 anos depois, resultado da pressão do movimento operário e sindical. O modelo de Estado providência foi consolidado em Portugal de forma diferente da maioria dos países europeus. Tratou-se de uma consolidação recente, tendo em conta a legalidade democrática do Estado de direito e a institucionalização dos direitos constitucionais que surgiram com a rutura político social, resultante da queda da ditadura do Estado Novo em 1974. A crise económica e a crise política em 1974/1975 permitiram a consagração do Estado Social (Varela, 2012).

O processo de desenvolvimento do Estado Providência em Portugal demonstrou menor visibilidade, considerando apenas o seu início em 1974, numa sociedade caracterizada por mutações emergentes devido ao processo de estruturação do Estado de direito e do processo político subjacente, numa fase de mudança social e económica não comparável a outras sociedades europeias noutro nível de desenvolvimento. Segundo Mozzicafredo (2000), o processo de estruturação do Estado Providência em Portugal desenvolveu-se em torno do modelo universalista, decorrendo tanto da consequência da mobilização político e social, como da resposta do sistema político às necessidades de gestão do desenvolvimento económico e social.

Em Portugal, antes da ditadura, existia um conjunto avulso de mecanismos de proteção social, considerados insuficientes. Não existia um sistema, nem garantias de acesso universal da população à segurança social (Varela, 2012).

Na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, o Governo Provisório estabeleceu as grandes linhas de orientação, uma delas foi a substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de Segurança Social, definido no Dec. Lei nº 203/74, de 15 de Maio¹.

¹ A expressão Segurança Social surge pela primeira vez com a criação do Ministério das Corporações e Segurança Social ao substituir o Ministério das Corporações e Previdência Social, nos termos do Decreto-Lei nº 584/73 de 06 de novembro.

1.2. Neoliberalismo e a Política de Segurança Social

Os países dominantes da Europa desenvolveram, desde o final da segunda guerra mundial, mecanismos de proteção e Segurança Social, enquanto em Portugal o início do Estado Social coincidia com o novo ciclo de crises económicas mundiais, sentindo-se desde logo as influências neoliberais (Varela, 2012).

Sob o ponto de vista histórico, realçamos a importâncias da definição do caminho construído em direção ao sistema de Segurança Social do pós-25 de Abril 1974, assente num direito universal.

O direito à Segurança Social, estabelecido no art.º 63.º da Constituição da República Portuguesa é concretizado através do sistema de Segurança Social consubstanciado nas sucessivas leis de bases que o foram ajustando à evolução social e económica nacional e internacional e da estrutura orgânico-funcional responsável pela sua implementação. Várias alterações e ajustamentos ao longo das décadas foram dando corpo ao sistema, ilustrando, simultaneamente, as opções políticas e sociais dos sucessivos Governos. Pretendeu-se a garantia universal do direito a prestações no âmbito da Saúde e da Segurança Social, incluindo a pensão social, o suplemento de pensão a grandes inválidos, o abono de família, subsidio mensal a menores deficientes e o equipamento social. A pensão social esteve na base da criação do esquema mínimo de proteção social².

No período pós revolução, a dimensão pública da proteção social conduziu à criação de um sistema integrado e universal, assente em dois eixos. O eixo da previdência (segurador; contributivo) e o eixo da assistência (solidário, não contributivo).

Mais tarde, o esquema mínimo é substituído pelo regime não contributivo de proteção social (Decreto- Lei nº 160/80, de 27 de maio) que passa a “limitar o universo pessoal aos cidadãos mais desfavorecidos na base da verificação da condição de recursos”.

Portugal aprovou em agosto de 1984 a Lei de Bases da Segurança Social, (Lei nº 28/84 de 14 de agosto) que viria a enquadrar de forma consistente, quer os regimes, quer as outras prestações de Segurança Social, ano e meio antes da entrada para a Comunidade Económica Europeia (CEE). Teve como propósito dar corpo a um sistema que se esperava não ser só mais abrangente, mas também de maior proximidade e garantia face aos cidadãos.

² Decreto-Lei nº 513-L/79, de 26 de dezembro “para todos os cidadãos nacionais residentes, independentemente do vínculo laboral ou de contribuição prévia”.

Estabeleceu, como objetivos: “a garantia da proteção dos trabalhadores e das suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte; a compensação dos encargos familiares; a proteção das pessoas em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência”.

A partir de 1986, com a entrada de Portugal na CEE, houve um período de expansão capitalista, com melhoria das condições económicas para grande parte da população portuguesa (Varela, 2012).

A comissão europeia criou por sua iniciativa um Programa Europeu de Luta contra a Pobreza, de natureza experimental, com início em 1975 e que durou até 1980. Desenvolveu-se um segundo Programa Europeu de Luta contra a Pobreza, entre 1984 e 1989 e um terceiro entre 1989 e 1994. A existência destes programas veio a ter uma influência decisiva na filosofia e desenvolvimento de projetos e programas em Portugal, nomeadamente na criação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e articulação com outras medidas que traduziam já os “ventos” neoliberais, presentes na Europa, contrários ao desenvolvimento de políticas universalistas.

A entrada do País na Comunidade Europeia também viabilizou o debate do terceiro sector, essencialmente nas décadas de 1980 e 1990. A mediatização dos problemas sociais conduziu a um aumento do protagonismo por parte do terceiro sector em Portugal. Este setor é analisado em diferentes perspetivas, uma vê-o como resultado do processo de reestruturação do capital, como solução parcial da crise capitalista, outra, como Petras (1999), com a função de diminuir os impactos da oposição às reformas neoliberais. Para Hespanha (2000) a delegação de certas funções do Estado em sectores sociais, faz depender delas a possibilidade de desenvolvimento de iniciativas sociais.

Em Portugal, as políticas neoliberais desenvolveram-se a partir de meados dos anos 80, início de 90 do séc. XX, concretizaram-se através da privatização de serviços e bens públicos, transferência de recursos do Estado para o terceiro sector.

A partir de 1990, na União Europeia ocorreram mudanças significativas ao nível cultural, económico e sociopolítico que tiveram impactos nos sistemas de Proteção Social, desencadeando a configuração de uma nova geração de políticas sociais, designadas de ativas ou de ativação. Estas políticas encontram-se inseridas no processo de desestruturação do modelo de provisão (o Welfare) para construção de um novo modelo de regulação estatal partidário (o Workfare ou welfare-to-work), que surge nos Estados Unidos nos anos 1970, de

uma racionalidade de retribuição expressa na obrigatoriedade de participação dos cidadãos em medidas de ativação voltadas para o mercado de trabalho. Segundo Moser (2011) o Estado exige algo em troca das ajudas recebidas, estando implícito uma obrigação de contrapartida recorrendo a medidas disciplinares e punitivas.

Reflexo das políticas neoliberais assistiu-se em 1993 à reorganização dos Centros Regionais de Segurança Social (Decreto-Lei n.º 260/93, de 23 de julho), através da redução de 18 para 5 instituições desconcentradas de Segurança Social (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), visando, segundo interpretação do XII Governo constitucional, garantir maior eficácia à gestão dos regimes de Segurança Social e ao exercício da Ação Social e melhor aproveitamento de recursos humanos e técnicos. Consideramos estar subjacente a preocupação de redução dos custos de administração. No âmbito do regime não contributivo, a medida de maior relevo nos anos 90 foi a criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), prestação integrada por duas vertentes – prestação pecuniária e programa de inserção social – procurando garantir aos indivíduos e seus agregados familiares os recursos necessários à satisfação das suas necessidades básicas e a progressiva integração social e profissional (Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho).

Na mesma linha, no ano 2000 foi criado o Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS)³. Congregava as competências e atribuições desempenhadas, separadamente, pelos Centros Regionais de Segurança Social e pelo Centro Nacional de Pensões, com dois objetivos essenciais segundo o legislador: dar maior unidade estratégica ao conjunto do sistema de Segurança Social e permitir um maior nível de desconcentração de base distrital. A 17 de julho de 2004, foi criado o Instituto de Segurança Social, IP (ISS,IP) pelo Decreto-Lei 171/2004 passando a incluir os Centros Distritais de Segurança Social que ficam na sua dependência. A Segurança Social passa a ser desenvolvida por um instituto público, cujos princípios e normas estão definidas na lei nº3/2004 de 15 de janeiro. Entendendo o governo de Durão Barroso que o desenvolvimento das políticas e direitos sociais poderia estar submetido a um Instituto público, sem necessidade de uma gestão direta do governo criou o ISS,IP. A lei dos Institutos Públicos prevê que atividades cuja constituição obrigue a que

³ Compete ao ISSS desenvolver de forma integrada a coordenação, nos termos da lei de bases da solidariedade e Segurança Social de 2000, dos sistemas de proteção social de cidadania — solidariedade e ação social — de proteção à família, e de previdência, e desconcentrar os seus serviços de modo que eles estejam mais próximos dos cidadãos para o que se torna necessário o reforço dos serviços com base distrital e local Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de dezembro e Portaria n.º 543-A/2001, de 30 de maio.

sejam desempenhadas por organismos da administração direta do Estado não podem constituir-se como atividades dos Institutos Públicos. A leitura do art.º 63 da constituição portuguesa permite-nos questionar como se entendeu o desenvolvimento das políticas sociais e a efetivação dos direitos sociais num quadro de privatização da segurança social. Em 2012 O Centro Distrital de Coimbra passou a incluir-se no grupo de Centros Distritais de média dimensão, no conjunto dos quatro grupos criados, refletindo o contexto de austeridade que o país atravessa e o reforço de poderes ocultos dos serviços centrais⁴.

1.3. Terceiro Sector e as Relações com a Segurança Social

No século XX, sobretudo após a II Guerra Mundial, o terceiro Sector ganhou novos espaços na necessidade de reconstrução europeia. Atuavam como parceiros da pacificação, essenciais ao desenvolvimento em questões delicadas como a situação de refugiados. Na década de 1970 surgiram movimentos alternativos solidários na tentativa de atuação e auxílio em países das ex-colónias.

Segundo Andrade e Franco (2007), na década de 70 o terceiro sector em Portugal encontrava-se numa fase embrionária, sendo as principais razões os quarenta anos de governo ditatorial que anularam o movimento mutualista, a participação pública e a presença de instituições ligadas à assistência.

O movimento associativo em Portugal ganhou voz após o 25 de Abril, quando da queda do regime salazarista em 1974.

Nos anos seguintes à revolução de 1974, surgiram um conjunto de diplomas relativamente à Ação Social, mais especificamente no que diz respeito à ligação entre o Estado e as Instituições Privadas de Solidariedade. O termo IPSS's⁵ Instituições Particulares de Solidariedade Social surge com a Constituição de 1976 (art.º 63).

⁴ Lei orgânica e estatutos do ISS,IP aprovados respetivamente pelo Decreto-Lei 83/2012, de 30 de março e pela Portaria nº 135/2012 de 08 de maio.

⁵Assumem diversas formas jurídicas como associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, (inclui a Cáritas Diocesana) e as irmandades de misericórdia (Nunes, F. Reto. L; Carneiro. M., 2001).

Em 1979 foi instituído o Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), Decreto-lei n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro, nos termos do qual estas se caracterizavam por serem instituições sem fins lucrativos, criadas por iniciativa particular, com o objetivo de proporcionar serviços ou prestações de Segurança Social, dando expressão organizada ao dever de solidariedade entre os indivíduos. A cooperação entre o Estado e as IPSS's foi regulamentada pelos Despachos Normativos n.º 387/80 e n.º 388/80, de 31 de dezembro. Os acordos de cooperação tornaram-se um instrumento obrigatório para a atribuição de subsídios às instituições, intensificando-se a natureza contratual das relações de cooperação entre as IPSS's e o Estado. Foi previsto, no mesmo ano, o regime de apoio financeiro a conceder às IPSS's ⁶(Joaquim, 2014). As respostas sociais na área da infância, juventude, velhice, família, invalidez e reabilitação passaram a ser desenvolvidas no âmbito da intervenção das IPSS's ⁷. As normas que regulavam os acordos de cooperação visavam definir os termos da comparticipação do Estado às instituições, para as despesas correntes de funcionamento dos serviços e equipamentos sociais, bem como os acordos de gestão, confiando às instituições a gestão das instalações, serviços, ou estabelecimentos pertencentes ao Estado.

Com a criação do Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, foi publicado o estatuto das IPSS que enumera as normas de constituição, modificação, extinção e organização interna das instituições, bem como a enunciação dos poderes de tutela atribuídos ao Estado.

As instituições privadas sem fins lucrativos assumiram um papel decisivo no desenvolvimento de respostas no âmbito da Ação Social, promovendo múltiplas respostas sociais.

Até 1974, o Estado assumiu exclusivamente um papel complementar. Posteriormente aos anos 90, apostou nas instituições e na capacidade instalada, para promover as suas políticas de solidariedade social (Joaquim, 2014).

O seu crescimento nos finais dos anos 80/90, com tendência colossal para aumento do número de equipamentos sociais é demonstrada pelo lado económico, do emprego, da luta pela exclusão social, pelo desenvolvimento local na construção de um modelo social europeu mais amplo. Segundo Joaquim (2014), ao nível dos diversos programas de investimento em equipamento social que surgiram nos anos 80 e 90, podem identificar-se: Projeto

⁶ Despacho n.º 388/80, de 31 de dezembro regulamentado através da Portaria n.º 7/81, de 5 de janeiro.

⁷ Neste período, as normas reguladoras dos acordos de cooperação foram alteradas pelos Despachos Normativos n.º 118/84, de 8 de junho, e n.º 12/88, de 12 de março, e posteriormente pelo Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de maio.

desenvolvimento Integrado de Ação Social (PDIAS), implementado no Distrito de Coimbra, Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), ou outros programais cofinanciados, como o Integrar (QCA II)⁸, o Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) e Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) presentemente com o Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

De realçar, o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) que se assumiu como instrumento de estratégia europeia, no âmbito do plano europeu de inclusão social e na necessidade de articulação com outros instrumentos, nomeadamente com Plano Nacional de Emprego e o Programa Integrado de Apoio à Inovação, transversal a várias políticas e instituições. A sua implementação decorreu nos anos 2003/2005, 2006/2008 e 2008/2010. No PNAI (2006-2008)⁹, surgiram os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), como medida política transversal, integrada na prioridade política: combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania.

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)¹⁰ tinham por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, dando privilégio a territórios identificados como deprimidos. Aplicou-se a todo o território nacional, incluindo ações de intervenção obrigatória que respondam a necessidades diagnosticadas e articuladas com a Rede Social¹¹.

O PNAI 2008/2010 foi pouco divulgado e as prioridades apresentadas, (aumento das prestações para crianças e idosos), entram em contradição com as medidas de austeridade que

⁸ Desenvolvemos a medida I e a medida V (Sub - programa Integrar QCA II) em território desfavorecido- Bairros Sociais- do Concelho de Coimbra, entre 1995 e 1997.

⁹ O Governo, de acordo com as estratégias definidas no PNAI-Plano Nacional de Ação para a Inclusão (2006-2008), dando relevância ao papel prioritário dos municípios em matéria de tomada de decisão e intervenção social nos seus territórios, criou os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), e aprovou o respetivo Regulamento através da Portaria N.º 396/2007, de 2 de abril.

¹⁰ Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, concretizaram-se no primeiro ano da entrada em vigor da referida Portaria, através de experiências-piloto. Procedeu-se a algumas alterações, designadamente no que reporta ao período para o qual são elaborados os Planos de Ação e duração dos CLDS, através da Portaria N.º 285/2008, de 10 de abril.

¹¹ A Rede Social (criada através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/1997, de 18 de Novembro, e da Declaração de Retificação N.º 10-O/1998. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho), é um programa que incentiva os organismos do sector público (serviços desconcentrados e autarquias locais), IPSS's e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar e/ou erradicar situações de exclusão social e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

se começaram a sentir no nosso país a partir de 2008, assim como as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2010.

A celebração do Pacto de cooperação entre o Estado e as IPSS's, permitiu nas últimas duas décadas, a adoção de um modelo de parceria com o sector solidário, estando este subjacente à implementação do projeto piloto do Rendimento Mínimo Garantido, concretamente no distrito de Coimbra. O Estado socorreu-se das IPSS's e da colaboração da autarquia para a implementação do projeto piloto, evocando o desenvolvimento de uma base de parceria.

1.4. Do Rendimento Mínimo Garantido ao Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Mínimo surgiu nos anos 80 em quase toda a Europa, como uma nova política de combate à exclusão social. No contexto europeu, com problemas estruturais de desemprego crescente, ausência ou insuficiência de rendimentos de famílias e/ou indivíduos e insuficiência da proteção da Segurança Social, Portugal deu cumprimento à recomendação de 1992 do Conselho de Ministros da União Europeia. O Rendimento Mínimo Garantido (RMG), instituído em Portugal em 1996, existiu num primeiro momento como projeto-piloto, pretendendo combater as formas mais extremas de pobreza e promover a autonomização e inserção social dos beneficiários. A sua implementação teve algumas características inovadoras, o Estado assumiu o papel protetor garantindo o direito à subsistência daqueles que não tinham recursos, estando implícito a vertente inserção social e profissional e a territorialização, tendo como enquadramento legal a Lei nº 19- A/1996, de 29 de junho. Em 1997, iniciou-se todo o processo de generalização desta medida de Política Social, aplicando o Decreto-Lei 196/97, como uma prestação do regime não contributivo.

De salientar também, a importância dada pelos partidos políticos de esquerda parlamentar, assim como o papel da União das Misericórdias e das IPSS's que colocaram na agenda do dia as questões da pobreza em Portugal. Esta Política Social surgiu como uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social, pretendendo ser programa de proteção social que garantisse um mínimo de subsistência, um direito universal assente numa lógica não contributiva, mas numa lógica de redistribuição de recursos e de solidariedade, assente no quadro do sistema de proteção social.

Contudo o projeto neoliberal preparou uma nova modalidade de resposta à questão social, pretendendo acabar com a condição de direito das Políticas Sociais, com seu carácter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social. De acordo com Varela (2013) as políticas assistencialistas crescem quando há destruição do Estado social.

Segundo Fernanda Rodrigues (2003) complexifica-se a noção clássica de direitos sociais devido à ligação entre direito e obrigação, pois o indivíduo é encarado como ativo, autónomo, responsável e capaz de fomentar o seu bem-estar. No entanto, corre-se o risco de não ser percecionado como um direito, mas como um conjunto de obrigações que os beneficiários devem cumprir, sendo assim recompensados com a prestação pecuniária.

Em 2003, no XV governo constitucional de Durão Barroso, num contexto de crise económica refletido nas posições políticas que vinha assumindo, de maior rigidez quanto aos cortes orçamentais na despesa pública, cumpria o seu programa político, introduzindo a Lei do Rendimento Social de Inserção (RSI), em substituição da Lei do RMG. Surge assim o RSI no contexto de descredibilização da medida por parte dos políticos.

Com a justificação de aprofundar o carácter social da prestação, a eficácia, a transparência, bem como uma maior exigência e rigor na sua atribuição e fiscalização, substituiu-se o RMG, alicerçado no rendimento com uma associação à componente de integração social, pelo RSI que pretendia valorizar a inserção. Na perspetiva do governo a evolução do conceito RMG para RSI, pretendeu abandonar o fundamento em critérios exclusivamente económicos e garantir a inserção social e profissional dos interessados.

Apresentou algumas novidades, não promotoras de maior solidariedade e equidade, centrada apenas na necessidade da sua alteração por parte dos governantes.

A noção de inserção social defendida na lei é ambígua e consolida-se apenas na autonomia pelo rendimento (Dias, 2010). A atual precariedade que se vive no mercado de trabalho dificulta a autonomização dos beneficiários e a sua efetiva inserção. Muitos beneficiários estão na medida há cerca de 20 anos, sem terem passado por experiência de integração profissional, apenas contam nos números da formação profissional, transformando-se em profissionais das formações. Segundo Eduardo Rodrigues (2010, p.216) para justificar a prestação de RSI, os beneficiários transformam-se em “trabalhadores de segundo nível”.

Para o efetivo desenvolvimento da inserção por parte do beneficiário é necessário uma implicação e uma participação ativa nas respostas contratualizadas após elaboração do

diagnóstico social e a sua concretização na elaboração do programa de inserção efetivada com a obrigatoriedade da subscrição do contrato de inserção.

Segundo Hespanha (2002) as políticas ativas de emprego marcaram uma nova direção, assente numa nova abordagem e numa passagem de um Estado-Providência passivo para um Estado-Providência ativo, com questões éticas e políticas resultantes da obrigatoriedade da retribuição dos benefícios do Estado através de uma postura ativa. Têm carácter punitivo, sendo limitativas do acesso a direitos e condicionam a liberdade e autonomia dos trabalhadores precários.

A Ativação das prestações sociais pressupõe um acompanhamento dos indivíduos em dificuldade e uma personalização das intervenções (Castel, 2005). Compete aos técnicos, afetos aos Núcleos Locais de Inserção¹² de RSI com base Concelhia, na maioria assistentes sociais, agentes da parceria e representantes nas áreas de inserção emprego/formação profissional, educação, saúde, segurança social e habitação, acompanhar os beneficiários no seu processo de inserção social. Esta medida reforçou a relevância do terceiro sector. As IPSS's foram chamadas a intervir através do estabelecimento de acordos atípicos e mais tarde através do estabelecimento de Protocolos para acompanhamento dos beneficiários de RSI. Esta medida assentou num modelo de gestão participada, fundamentada em parcerias. Podemos analisar as parcerias de RSI em duas perspetivas: por um lado temos o Estado, os órgãos do poder local, e as IPSS's executando a intervenção de forma articulada, por outro apresenta-se a articulação sectorial entre vários ministérios, que integram os Núcleos locais de inserção.

¹² O despacho nº 1810/2004 de 27 de janeiro determina que os Núcleos Locais de Inserção, previstos no Decreto-Lei nº 283/2003, de 08 de novembro, sejam estruturas operativas de composição plurisectorial que visem assegurar o desenvolvimento do rendimento social (RSI) no respetivo âmbito territorial. Define as suas competências designadamente no âmbito do programa de inserção e no âmbito da articulação e colaboração com outras entidades.

2. EROSÃO DO ESTADO SOCIAL E IMPACTO DA AUSTERIDADE NA POLÍTICA DE SEGURANÇA SOCIAL

2.1. Alteração das Medidas de Política da Segurança Social

Nos períodos de 1977-78 e 1983-85 Portugal viu-se forçado a aceitar as condições dos programas de estabilidade económica como requisito para obtenção de empréstimos externos por parte do FMI. Aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE), depois de uma crise financeira, apoiada pelo FMI em 1983. O contexto internacional era favorável, existindo vários mecanismos de legitimação da europeização e neoliberalização, embora sem a visibilidade política presente nos tempos de hoje (Reis, 2014).

A Lei de Bases da Segurança Social de 1984 definiu que a Ação Social possa ser exercida por qualquer entidade que prossiga fins de Segurança Social, da mesma forma expressa na atual lei de bases, (Lei nº 4/2007 de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº83-A/2013, 30 dezembro).

Segundo Petras (1999) o Estado, dirigido pelos governos neoliberais, afasta-se parcialmente da intervenção social, contudo subsidia-a e promove o processo ideológico de transferência da Ação Social para o terceiro sector.

A ligação do terceiro sector ao projeto neoliberal consiste em torná-lo instrumento, para justificar e legitimar o processo de desestruturação da Segurança Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social. O neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades.

A crise que se fez sentir a nível global, não deixou de se manifestar também na Europa, nomeadamente em Portugal. Depois de um crescimento quase nulo em 2008 com um aumento significativo da taxa do desemprego, a Europa viu-se obrigada a criar um Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) do qual faz parte Portugal. Com intenção de responder à instabilidade financeira, foram apresentadas várias medidas de austeridade para consolidação orçamental, orientadas para a sustentabilidade económica e reforço da confiança dos consumidores para sarar os desequilíbrios que se faziam sentir externamente, apostando na melhoria da competitividade do mercado Português (Varela, 2013). São elas a redução da despesa pública, despesa fiscal, despesas com pessoal, vêm-se também reduzidas as

despesas com as prestações sociais nomeadamente com o Rendimento Social de Inserção. Sempre com a tónica de justiça e equidade na distribuição dos recursos para quem se encontra mais necessitado (PEC, 2010).

Na atualidade, no caso Português, encontra-se um desinvestimento na manutenção do Estado Social. Os efeitos da crise e de uma política de austeridade têm implicações graves na população mais desfavorecida, devido à redução de mecanismos de intervenção social. O impacto da austeridade nas medidas de proteção social e nas respostas dos serviços públicos diminuindo-os e conduzindo a transferências para a sociedade civil, do que seria da responsabilidade do estado, produzindo a redução do número de beneficiários e eliminação de serviços, provocando problemas estruturais de pobreza e acentuando as desigualdades sociais (Reis, 2014).

No âmbito destas medidas salienta-se a celebração de Protocolos de Cooperação com o sector da solidariedade social, reforçando o acordo de parceria entre Estado e IPSS's, o Programa de Emergência Social (PES), desenvolvido entre 2011-2014, privilegiando as áreas da família, idosos, deficiência, voluntariado. Foi ainda dado grande ênfase ao desenvolvimento da Rede Solidária de Cantinas Sociais e ao aumento de verba de cerca de 1,3 por cento para acordos de cooperação. Refira-se também a Lei de Bases da Economia Social, a criação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (Joaquim, 2014).

Neste contexto de implementação das medidas de austeridade, onde se insere a publicação da Lei de Bases da Economia Social que determinou o prazo de 180 dias para se aprovar os diplomas legislativos que concretizam a reforma do sector da economia social¹³, surgiu a revisão dos Estatutos das IPSS. O Decreto-Lei nº 172-A/2014 foi publicado a 14 de novembro e procedeu à revisão do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (“Estatuto das IPSS”), alterando o Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro. Este novo diploma apresenta alterações parcelares, contudo considera as IPSS's como “empresas” de economia social. Não são empresas no real sentido porque não se enquadram no código comercial, contudo este Decreto-Lei aproxima-as muito do mundo empresarial, traduzindo a ideia de liberalismo económico nos Serviços Sociais. Relativamente à natureza dos acordos a lei é omissa, pelo que o legislador não impõe limites ao Estado sobre o tipo de acordo que pode estabelecer com as IPSS. Neste aspeto não há mudança substancial relativamente ao

¹³ Lei nº 30/2013 de 8 de maio.

regime anterior, unicamente o aprofunda. A presente alteração ao Estatuto das IPSS's vem reforçar os poderes do Estado sobre as instituições, tanto ao nível da fiscalização, como no que respeita aos mecanismos de destituição dos órgãos de administração e ao encerramento administrativo dos estabelecimentos. Esta posição coloca o serviço de fiscalização da Segurança Social num nível próximo do “policial”.

Após a integração na moeda única, Portugal sendo um país periférico, vítima de uma assimetria estrutural, apresenta na atualidade uma estagnação prolongada. O Estado Social não é um custo mas sim um dos instrumentos de formação do próprio modelo de economia. Segundo Reis (2014) é importante a reorganização dos serviços públicos sociais e definição de uma ação conciliada para reduzir as desigualdades e a exclusão social, retomar políticas sociais ativas passando pela reforma dos serviços públicos, conforme refere nas sete propostas alternativas para reconstituir a economia, a sociedade e a política.

2.2. Impacto da Austeridade no RSI e as Novas Medidas de Assistência

Este Governo recorreu à ajuda do FMI, pela terceira vez no nosso país, impondo medidas de austeridades, desde a corte dos salários à diminuição dos valores de pensão de velhice e consequentemente cortes nas prestações sociais, nomeadamente no Complemento Solidário para Idosos e no RSI. Valorizaram acima de tudo a intervenção do terceiro sector, desenvolvendo medidas paliativas, após alterações profundas nas prestações sociais e seus montantes.

O Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho do MTSS veio estabelecer as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação das condições no âmbito da atribuição de RSI e todas as prestações de cariz social, sendo este diploma transversal a todos os ministérios.

As prestações sociais onde mais se refletiram estas alterações são precisamente o Subsídio de Desemprego, RSI e Prestações Familiares, onde os cidadãos em ordem a terem acesso às mesmas passaram a fazer prova de recursos, sob pena de as verem suspensas ou até mesmo cessadas.

Segundo os dados estatísticos do ISS,IP no ano de 2011 e 2012 o número de requerimentos de RSI indeferidos foi superior aos requerimentos deferidos tanto no distrito de Coimbra como a nível nacional. Segundo Joaquim (2014) o resultado das medidas de austeridade e as sucessivas alterações legislativas teve como consequência uma diminuição em mais de 109.000 beneficiários da prestação de RSI, entre junho de 2012 e janeiro de 2014. O aumento do número de requerimentos indeferidos (ISS,IP) é justificado pela aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho. Com este diploma o XIX Governo Constitucional procedeu, no âmbito do sistema previdencial, à alteração dos regimes jurídicos, no caso da prestação do RSI, introduziram mecanismos que entenderam reforçar a equidade e a justiça na atribuição desta prestação, reforçando o carácter transitório e a natureza contratual da prestação, pretendendo dar ênfase aos deveres de procura ativa de emprego, de frequência de ações de qualificação profissional e de prestação de trabalho socialmente útil como formas de inserção socioprofissional dos titulares da prestação e dos membros do seu agregado familiar, porém o resultado visível deste estes mecanismo foi essencialmente um menor acesso à prestação de RSI.

O valor de RSI é calculado por aplicação do Indexante de Apoios Sociais (IAS), deferido pela lei nº 53-B/2006, de 29 de dezembro. Aplica-se desde janeiro de 2007, sendo que este indexante mantém o valor nominal de 419,22€ desde 2009, sem atualizações.

É imperioso o descongelamento do IAS e das prestações sociais que dependem do seu valor para calculo, como é o caso do RSI e que cobrem riscos como a pobreza, depois de anos consecutivos de congelamento (Reis, 2014).

Evidenciamos algumas das estratégias que foram implementadas pelo ISS, IP para fazer face ao contexto de crise após 2008 e da diminuição de recursos que o país atravessa.

A Comissão Europeia apresentou um novo fundo na tentativa de dar resposta às complexas situações económicas e financeiras que têm proliferado por toda a Europa, conforme meta fixada na Estratégia Europa 2020. O Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) para 2014-2020, visa apoiar instituições que prestem apoio a famílias e indivíduos carenciados, através da distribuição de alimentos, no valor aproximado de 3,5 mil milhões de euros.

O objetivo estratégico do Governo passou pela criação de novas respostas como o Programa Escolar de Reforço Alimentar (mais conhecido por PERA), a instalação do Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária das Cantinas Sociais.

Assim, segundo perspectiva do governo, para reforçar uma intervenção mais eficaz, tendo em vista a maximização de recursos já existentes, foi criado o Programa de Emergência Alimentar, de conceção e execução do Instituto de Segurança Social, IP, abrangendo todo o território continental, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que constituindo-se como uma resposta teve como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de uma refeição diária gratuita. A medida assistencialista “cantinas Sociais” encerra as famílias, em situação de risco social e pobreza, num contexto de exposição pública e falta de dignidade.

O Estado recuperou uma medida meramente assistencialista e caritativa, não contribuindo para a elevação das famílias nem para a redução de custos. Trata-se de uma medida de protagonismo político, populista e dissonante em termos economicistas. Nos acordos da segurança com as IPSS's está previsto o pagamento de 2,5€ por refeição. A IPSS poderá cobrar ao beneficiário até um euro por refeição. O Estado gasta mais com uma família que beneficie de cantina do que com a prestação de RSI para o mesmo número de elementos do agregado familiar (Joaquim, 2014). Comparando a medida das Cantinas Sociais, prioritária para o governo, com os cortes efetuados no RSI, reflexo das medidas de austeridade, concluímos que há um nítido desinvestimento nas famílias portuguesas, pondo o governo a tónica na valorização do terceiro sector. Estas novas respostas foram uma estratégia vazia encontrada pelo governo, de reforço das medidas de Política Social que se encontravam em vigor e se revelaram por si só insuficientes, para enfrentar as situações mais vulneráveis.

Reconheceu este governo o contributo inegável do terceiro sector, atribuiu e reforçou competências no desenvolvimento de intervenção social em todas as áreas do social, concretizado pela publicação do Despacho nº 12184/2013 de 24 de Setembro, determinando a criação da Rede local de Intervenção Social (RLIS). A 18 de Setembro de 2014 foi publicada a portaria nº 188/2014¹⁴, alegando tratar-se de uma estratégia de reforço de coesão social, impondo-se a necessidade de criação de uma rede de intervenção Social (RLIS) que garanta a articulação entre os serviços desconcentrados da Segurança Social, as IPSS's e outros agentes da comunidade. É importante referir que a RLIS e a execução do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) se inserem nas políticas de erosão do estado social, em particular no domínio da ação social. Da análise dos diplomas resulta que a reorganização dos serviços de atendimento social exclui os serviços da Segurança Social. Transfere-se aos

¹⁴ Alterada pela Portaria nº 137/2015, 19 de maio.

municípios e às IPSS's, e ao terceiro sector, total responsabilidade pelo desenvolvimento das respostas de Ação Social.

A criação da RLIS, assim como o investimento em Cantinas Sociais, são medidas sem avaliação do ponto de vista do impacto para a diminuição da pobreza a médio e longo prazo.

No projeto neoliberal o Estado contribui para a instrumentalização e a funcionalidade do terceiro sector ao nível financeiro e legal, justificando assim a participação da sociedade civil. Portugal apresenta um emaranhado de leis ao nível da Segurança Social, no âmbito dos programas de apoio social. Estas políticas de cariz assistencialista tendem a aumentar num quadro de menor intervenção de estado social, sempre que as medidas universalistas tendem a diminuir (Varela, 2013).

Entende-se que a reforma dos serviços públicos seja urgente passando o governo a avaliar o impacto e os níveis de pobreza nos programas que implementa e não só a fazer cortes cegos (Reis, 2014).

3. OS ASSISTENTES SOCIAIS NA SEGURANÇA SOCIAL E O TRABALHO NO RSI, NO DISTRITO DE COIMBRA

3.1. Questão Social e Fundamentos do Serviço Social

A expressão “questão social” surgiu na sequência do problema da pobreza observado na Europa ocidental, especificamente na Inglaterra, no final do século XVIII, com a revolução industrial, na fase do capitalismo concorrencial. Este capitalismo produzia pobreza da mesma forma que aumentava a riqueza (Netto, 2001). A questão social é produto e manifestação da contradição entre capital e trabalho que consistia na luta política da classe trabalhadora empobrecida, com os seus opressores, originando tensões sociais. Podemos relacionar a questão social com o sistema capitalista, do ponto de vista da riqueza, sua produção e repartição numa determinada sociedade. A conjuntura histórica mundial assinalada por crises internas como o caso da Revolução Francesa no séc. XIX e conflitos políticos provocados pelo sistema capitalista fizeram emergir em Inglaterra as primeiras organizações de trabalhadores.

Segundo Netto (2013) foi o Welfare State que permitiu a consolidação da profissionalização do Serviço Social com a concretização de direitos sociais, fornecendo-lhe também bases institucionais e meios para a sua afirmação. O Serviço Social emergiu e institucionalizou-se como profissão em sociedades onde o sistema capitalista liberal transitou para o capitalismo monopolista produzindo desigualdade social, sendo esta a sua área de intervenção por excelência. O Serviço Social permanece indissociável da dinâmica do capital e encontra a sua razão de ser na própria questão social (Netto, 2001).

O Serviço Social ocupou uma posição de destaque no processo de institucionalização e consolidação das políticas sociais possibilitando a construção de mecanismos de democratização que permitem a implementação e o acesso a bens e serviços, bem como a compreensão das questões sociais para a construção de novos procedimentos de ação. Inserido no campo das políticas sociais, o Serviço Social tem o seu propósito na intervenção nas desigualdades humanas e problemas sociais. (Netto, 1993).

Segundo Montañó (2007) as políticas sociais são a base de sustentação da profissão de assistente social. Segundo Raichelis (2010) o impacto da austeridade e a consequente adoção de medidas neoliberais agrava a questão social e tem repercussões na profissão dos Assistentes Sociais, uma vez que Serviço Social tem nas políticas sociais um campo de intervenção privilegiado.

Analisa-se a questão social sob a considerável alteração das políticas sociais do Estado. Este novo Estado minimizado privatiza e transfere as respostas à questão social. Em confronto com as respostas do Estado Social e com as suas políticas de direitos universais, no contexto Keynesiano, a abordagem à questão social, contida no projeto neoliberal, expressa a simultaneidade da precarização das políticas sociais e fraca ou nula intervenção do Estado (Laurell, 1995).

Com a privatização da Segurança Social e das políticas sociais e assistenciais, presenciámos o desenvolvimento da questão social centrado em respostas caritativas. Corre-se o risco de algumas franjas das populações ficarem a descoberto, sem apoio do estado e sem condições de acesso aos serviços privados, transfere-se assim à sociedade civil a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto ajuda.

Nos últimos anos, Portugal assumiu-se como parte constituinte do quadro da União Económica e monetária (UEM). Segundo Reis (2014) Portugal adotou a austeridade como uma forma de economia política agindo sobre o modelo social e político, criando ruturas

violentas na forma de gestão do Estado e da governação, sendo exemplo a forma como trata a questão social, atualmente objeto de “judicialização”. Segundo Bobbio (1988) passamos a ter um Estado mínimo, sob forte controle da sociedade civil. Verifica-se uma completa reorientação do gasto público em favor do grande capital financeiro e em detrimento da economia política do trabalho. As políticas sociais públicas são inseparáveis das estratégias políticas e ideológicas (Behring, 2003).

É importante conhecer a sociedade capitalista, as transformações sociais, e suas ligações com serviço social. Como recomendara Marx, “precisamos nos dar conta do que se passa ante nossos olhos e tornarmo-nos porta-vozes disto” (Marx, 1985, p. 119). É necessário conhecer bem a realidade, para formar um juízo crítico e posteriormente modifica-la. Contudo a formação dos Assistentes Sociais permanece em causa num tempo de políticas neoliberais que pretendem colocar no mercado de trabalho profissionais sem formação crítica (Behring, 2003). Neste contexto, a questão social assume um carácter essencialmente político, cuja medida de enfrentamento e o conhecimento aprofundado traduz benefícios para a sociedade uma vez que se trata de um eixo fundamental da formação profissional (Tavares, 2009).

3.2. A Política de Segurança Social e os Assistentes Sociais

A partir dos anos 30 a assistência estava ligada às organizações corporativas, associações patronais, sindicais e de previdência (Grémios, Casas do Povo, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência), parceiras da Igreja Católica de cariz conservador. Só em contexto de Estado Novo, autoritário e corporativista, oposto ao Estado Social, surgiu a institucionalização do Serviço Social, como formação académica e profissional (Branco, 2009). Segundo (Martins, 1999) em 1928 são feitos os primeiros ensaios de criação de uma Escola de Serviço Social em Portugal. A emergência do Serviço Social surgiu no regime republicano e a institucionalização do Serviço Social no Estado Novo, como forma académica e profissional em contexto das sociedades antidemocráticas. Um percurso complexo dadas as condições sócio económicas e políticas do país e a supremacia da Igreja Católica na tutela das Escolas de Serviço Social. No início da construção do Estado Novo os Assistentes Sociais estavam ligados à política de assistência corporativa (Martins, 1999).

Entre os anos 40 e 60 o sector assistencial e a previdência encontram-se separados. No Estado Novo, corporativo a assistência não sofre grande alteração. Considera-se que a previdência se modifica integralmente. A assistência como modo de distribuição de esmola estava ligada aos privados e a previdência é um modo organizado de satisfação de direitos (Rodrigues, 2009). Em 1945 é criado o Instituto de Apoio à Família (IAF), criaram uma política de apoio à família.

Nos finais dos anos 60, no período marcelista, despontou uma aparente modernização económico-social, criou-se a ideia de reforma no regime em Portugal. As políticas sociais de cariz assistencialista eram moldadas pelo conservadorismo, subordinadas aos interesses do corporativismo, deixando a população não integrada profissionalmente, sem recursos sujeita à assistência e filantropia das iniciativas privadas.

Nos anos 70 foi criada a Direção Geral de Assistência Social pelo Decreto- Lei nº 413/71 de 27 de setembro, compreende o Instituto da Família e Ação Social (IFAS), lendo-se na alínea b) do nº 43º "Ligado à coordenação e fiscalização das atividades das instituições de assistência social", reconhecendo uma política de Ação Social. Os Assistentes Sociais estiveram na génese do IAF, assim, tanto nos anos 40 como nos anos 70 estiveram ligados à implementação das medidas de política social.

Do ponto de vista social foi criado pelo decreto-lei nº 391/72 de 13 de outubro o regime de previdência dos trabalhadores agrícolas inscritos nas casas do povo. Tratou-se de uma medida de proteção importante considerando o número de trabalhadores agrícolas em Portugal. Contudo ainda havia uma grande parte da população sem cobertura de proteção social e até 1974 a Previdência Social nunca foi universal. Só com o vigor da revolução de abril despontou o Estado social e passou a existir Segurança Social universal, pondo fim aos regimes discricionários e caritativos, institucionalização do Pacto Social e conquista dos direitos sociais (Varela, 2013). A revolução de Abril de 1974 provocou profundas mudanças sociopolíticas.

Pelo decreto-lei 549/77 de 31 de dezembro foi criada a estrutura orgânica do sistema de segurança social. Prevê ainda a criação de Centros Regionais de Segurança Social, sendo uma das suas atribuições, nº 4, alínea b), art.º 22 "Prestação de serviços de serviços de ação social direta". Apenas dois anos mais tarde foram criados os Centros Regionais pelo decreto-lei 79/79 de 02 de agosto, entendendo o governo tratar-se de solução inovadora, cabendo aos centros regionais assegurar nas regiões, a integração das atividades sociais e descentralização

executiva. O IFAS foi integrado no Centro Regional de Segurança Social de Lisboa em 1981, publicado na portaria 197/81, 20 fevereiro.

Os Assistentes Sociais encontraram no Estado Social, que se constituiu em Portugal no pós 25 de Abril de 1974, o suporte para a concretização de interação social descolados da imagem assistencialista, uma vez que na história do serviço social consta a luta da separação entre assistencialismo e ação social/intervenção social.

Passam a ter um incremento no que diz respeito às políticas sociais na área da Saúde, Habitação, Educação e Segurança Social. O processo de institucionalização garante tratamento técnico à questão Social. Os Assistentes Sociais aplicam as medidas de políticas sociais sendo requisitados no pós 25 de Abril para implementação de políticas sociais

Nesta perspetiva de intervenção, nos finais dos anos 80 nalguns concelhos do Distrito de Coimbra e por iniciativa de Assistentes Sociais do Centro Regional de Segurança Social, foi concebido um projeto pioneiro a nível nacional, designado Projeto de Desenvolvimento Integrado de Ação Social (PDIAS). Foi possível desenvolver e estabelecer parcerias em concelhos com relativa dimensão e com número de parcerias ativas e interventivas do distrito de Coimbra, exemplo disso é a dinâmica criada no concelho de Condeixa-a-Nova (PDIAS,1989). A Segurança Social de Coimbra celebrou protocolos com alguns municípios, permitindo a construção de parcerias com base concelhia, com o objetivo de contribuir para a promoção e desenvolvimento integrado, articulando com outros projetos e programas evidenciando o financiamento repartido¹⁵.

Os Assistentes Sociais situam-se na relação entre a população e a instituição, sendo os executores finais de políticas sociais, implementando desta forma políticas publicas (Iamamoto, 2009). As mudanças na realidade implicam transformações nas perceções, nas formas de legitimação, nos modos de atuar no social e nas estratégias de ação.

Segundo Raichelis (2013) no momento atual, predominam as medidas focadas na extrema pobreza em prejuízo de políticas universais, culpabilizando os pobres pela sua condição de privação e devolvendo às famílias a resolução dos seus próprios riscos sociais. Desta forma, as medidas de proteção social existentes em Portugal e as políticas sociais desenvolvidas em

¹⁵ Esteve na génese da Rede Social, criada pela Resolução de Conselho de ministros nº 197/1997, 18 de novembro, assente numa parceria alargada com o objetivo de planear estrategicamente a intervenção local em articulação com os deferentes agentes locais com vista ao desenvolvimento social.

resultado da crise e austeridade afastam os Assistentes Sociais, situação que iremos analisar no que diz respeito à Segurança Social no Distrito de Coimbra.

3.2.1. Os Assistentes Sociais e as carreiras na Administração Pública, na Segurança Social

A par desta realidade impôs-se uma análise transversal entre Segurança Social, carreira da administração pública e desenvolvimento do Serviço Social em Portugal.

Na administração pública, o Decreto-Lei 191-C/79 de 25 de junho procedeu à reestruturação de carreiras e a correção de anomalias. Os Assistentes Sociais estavam consignados à carreira técnica, uma vez que possuíam curso superior que não conferia grau de licenciatura. Os cursos superiores de Serviço Social, em Portugal, conferiram até 1989 apenas um diploma profissional, sem grau académico (Negreiros, M.A.G., Martins, A., Henriquez, B.A., MC Donough. J.F., 1999). Só as Universidades atribuíam grau académico e o Serviço Social não estava integrado nas Universidades.

Após movimentações de classe com apoio das escolas de Serviço Social que organizaram planos de estudo de cinco anos, da associação de estudantes, da associação de profissionais de serviço social, do sindicato da função pública conseguiu-se o reconhecimento do grau de licenciatura para os cursos de Serviço Social (1988/1990) e para todos os Assistentes Sociais já formados.

Em 1991 foi publicado o Decreto-Lei nº 296/91 de 16 de agosto, criou a carreira técnica superior de serviço social na administração pública, de modo a enquadrar os indivíduos diplomados com o curso superior de serviço social, paralela em termos de categoria e salário à carreira geral dos quadros técnicos superiores na administração pública. (Negreiros, M.A.G., Martins, A., Henriquez, B.A., MC Donough. J.F., 1999).

De acordo com António, T. (2008, p.36) "A carreira de Assistente Social na administração pública é regulada pelo Decreto-Lei nº 404-A/98 de 18 de Dezembro, que estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública". Os Assistentes

Sociais incluem-se na carreira técnica superior, integrando uma das seis categorias de entre: Estagiário; Técnico Superior de 2ª; Técnico Superior de 1ª; Técnico Superior Principal; Assessor e Assessor Principal, estando sujeitos a 35 horas de trabalho por semana até 2013. Salientamos o congelamento de concursos na Administração Pública e a regulamentação dos regimes de vinculação, carreiras e de remunerações dos trabalhadores em funções públicas, Lei nº 12-A/2008 de 27 de fevereiro. Indissociável do decreto-Lei 121/2008 de 11 de julho que extingue as carreiras e categorias, transitando os trabalhadores para as carreiras gerais (artº95), como é o caso dos Assistentes Sociais. A partir de 2010 intensificaram-se as medidas de austeridade, os funcionários públicos, incluindo todos os Assistentes Sociais em exercício de funções na administração pública passaram a praticar um horário de 40 horas por semana (Lei nº 68/2013 de 28 de Setembro) e viram os seus vencimentos cortados (Martins, A., Tomé, R., Carrara. V., 2015). A implementação da carreira dos Assistentes Sociais na administração pública nomeadamente na Segurança Social no Distrito de Coimbra e sua evolução até 2015 foi objeto da nossa investigação. Efetuamos análise aos diplomas legais e documentos da Segurança Social de acesso público, onde constam os vários quadros de pessoal. No início do período desta análise prévia (1985), a estrutura orgânica da segurança social compreendia os Centros Regionais de Segurança Social, havendo apenas mapas por região. Esta instituição caracterizava-se pela sua abrangência regional, encontrando-se o Centro Regional de Segurança Social do Centro dividido por sub-regiões (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Viseu), correspondendo aos distritos, razão pela qual a nossa análise abarca essa realidade.

Em 1985 apuramos um total de 38 Assistentes Sociais na região centro, no período marcado pela publicação da primeira lei de bases da segurança social, em contexto de Estado Social e a entrada de Portugal na CEE, marcante no campo da Ação Social. Em 1993 estavam afetos à região centro 203 Assistentes Sociais.

Os fundos comunitários para desenvolvimento de programas na área social, permitiram a contratação e a necessária formação de novos profissionais na área de serviço social. Segundo Alcina Martins e Rosa Tomé (2008, p.7) entre 1993 e 2002 concluíram a sua formação 4.770 profissionais. Uma das características que marca a situação do serviço social como profissão em Portugal é o grande crescimento dos seus efetivos num curto espaço de tempo (Branco 2001).

Em 1996 foram publicados dados referentes à distribuição de Assistentes Sociais por diferentes Ministros da Administração Pública, num total de 2,571, verificando-se que a maior relevância permanecia no Ministério da Justiça (25,4%) seguido da Segurança Social (24,4%). Estes dados são anteriores à implementação do RMG em Portugal (Branco, 1999).

Analizamos também os mapas de pessoas do Centro Distrital de Coimbra, entre 1995 e 2015, após a implementação do RMG. Neste período existiu uma reforma orgânica na segurança social operada pelo Decreto- Lei nº316-A/2000, de 07/12 que aprovou os estatutos do ISSS (nº 1 do art.º 2) e extinguiu os Centros Regionais, estabelecendo como regra o regime jurídico de contratação de pessoal e a figura do Contrato Individual de trabalho (art.º 37º). Coexistiram todavia um quadro específico para pessoal contratado ao abrigo do regime jurídico do contrato individual de trabalho e um quadro de pessoal próprio para o pessoal ao abrigo do estatuto da função pública (art.º 39º) e transição para Instituto de Segurança Social, IP (ISS,IP). Os mapas analisados refletem as alterações referenciadas, expressas num único mapa de carreira técnica superior. Os dados analisados referentes a 2002, revelam que 23 dos técnicos superiores são Assistentes Sociais em situação de Contrato Administrativo de Provisão (CAP). São os Assistentes Sociais contratados ao abrigo da medida de RMG e não integrados nos quadros por anulação do concurso no ano 1999. Por necessidade dos serviços, após caducidade do contrato a termo foram celebrados CAP, até à abertura de novo concurso externo de ingresso. Relativamente a 2014 foi possível apurar que no total de 117 Técnicos Superiores apenas 18,2% são Assistentes Sociais.

3.2.2. Os Assistentes Sociais afetos à medida de RMG/RSI e condição do seu exercício

No início da implementação do projeto piloto de RMG, a segurança social socorreu-se dos seus técnicos do quadro que desenvolviam todas as respostas inerentes à intervenção social, conciliando com a implementação do RMG. Nessa fase, no Departamento de Ação Social cabiam todas as respostas.

Aos Assistentes Sociais afetos ao Departamento de Ação Social em Coimbra, no ano 1995, competia o desenvolvimento de respostas no âmbito de intervenção com menores em perigo;

celebração de acordos de cooperação e respetivo acompanhamento das respostas implementadas pelas IPSS's; licenciamento de equipamentos privados; desenvolvimento de projetos comunitários, respetivo acompanhamento e avaliação; desenvolvimento de respostas de ação social ao nível de intervenção com famílias: atendimento/acolhimento, atendimentos de emergência e acompanhamento e encaminhamento das situações; elaboração de subsídios eventuais - prestações pecuniárias; elaboração de propostas no âmbito de atribuição de ajudas técnicas; inscrição e apoio na criação de colónias de férias para crianças, jovens e deficientes.

Para além de todas estas funções, a partir do ano de 1995 os Assistentes Sociais na segurança social passaram também a implementar a medida de política social do RMG.

Com o XIII Governo Constitucional assistiu-se a um alargamento do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais, denotando-se maior investimentos na área social, principalmente com a generalização da implementação do RMG. Nesta fase, o país, os serviços, os técnicos, passaram por algumas mudanças, uma vez que se verificou a necessidade do Estado, Segurança Social, reforçar o quadro de pessoal técnico, especialmente com Assistentes Sociais.

Em 1996 são publicados os primeiros concursos externos para implementação do RMG, por Centro Distrital, para admissão de técnicos superiores, na sua maioria Assistentes Sociais. Em 1998 é publicado um concurso de ingresso para os quadros do ex-Centro Regional de Segurança Social, aviso publicado no Diário da República de 19/09/1998 para provimento de 115 lugares na carreira técnica superior de serviço social na categoria de técnico superior de 2ª classe¹⁶. Este concurso permitiria a vinculação de Assistentes Sociais à Administração Pública, mas teve como fim a sua anulação, expressão das tendências políticas da retração da Administração Pública. Contudo e de acordo com Pires (2009) o Centro Regional de Segurança Social do Centro foi a entidade que maior número de concursos públicos disponibilizou, nos anos 90, no âmbito do Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Os Assistentes Sociais que executavam a medida de RMG estiveram até 2005 com vínculo precário, em Contrato Administrativo de Provimento (CAP). Tratou-se de uma situação contraditória do ponto de vista do regime do vínculo laboral, aplicado a trabalhadores que desenvolveram políticas sociais de combate à exclusão social, quando eles próprios foram vítimas de medidas precárias de emprego.

¹⁶ A prova de conhecimentos decorreu em abril de 1999, na Escola Secundária Avelar Brotero em Coimbra e apresentaram-se como oponentes ao concurso 705 Assistentes Sociais.

Atendendo à sua precária situação, os Assistentes Sociais organizaram-se em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Função Pública do Centro (STFPC) e movimentaram-se no sentido de poderem ver os seus interesses legitimados, nomeadamente através de um vínculo efetivo à Administração Pública. Em torno desta questão, o STFPC promoveu uma manifestação e greve nacional de Assistentes Sociais em funções no âmbito de RMG. De acordo com Varela (2013) a adesão a um sindicato necessita de estímulos. Os trabalhadores sindicalizam-se mais facilmente quando alguém dá o exemplo, quando há um líder na classe que mostre o caminho ¹⁷.

Beneficiando da força construída em 2002, o STFPC organizou em 2003, um Encontro Regional de Técnicos Superiores de Serviço Social com o objetivo de refletir sobre as funções destes profissionais a exercer em vários sectores de atividade e diferentes ministérios com vínculos diferenciados. A nossa luta terminou em 2005 com a nomeação definitiva dos Assistentes Sociais nos quadros do ISS,IP, por Centro Distrital.

No distrito de Coimbra analisamos o número de Assistentes Sociais a trabalhar na medida do RMG/RSI nos últimos 20 anos e sua distribuição/evolução pela administração pública e sector privado, expresso na Tabela nº 1. Realçamos o crescimento do número total de Assistentes Sociais (231%) nestas duas décadas. Nos primeiros cinco anos salientamos o aumento de 200% na Segurança Social, distrito de Coimbra e no terceiro Sector apesar de existirem apenas dois Assistentes Sociais em Acordo Atípico no ano 1995, houve um crescimento de 250% entre 1995-2001. No período entre 1995 até 2001 assistiu-se à contratação pública para implementação da medida de RMG.

No último quinquénio (2010-2015), o decréscimo de Assistentes Sociais afetos à Administração Pública com ganho para o terceiro sector, coincidiu com a implementação das medidas de austeridade em Portugal. Segundo Mota (2011) da análise do número de Assistentes Sociais a trabalhar em Protocolos no âmbito da medida de RSI no distrito de Viseu, concluiu que em 2011 estavam 22 assistentes sociais a trabalhar nas Equipas Multidisciplinares de RSI. Refere ainda: “Estes números refletem um Estado que foi tornando como prioridade política, o reforço das iniciativas do terceiro Sector para que possa demitir-

¹⁷ Esta foi a nossa missão em 2001, ao aceitar o desafio como dirigente sindical do STFPC. Mobilizamos perto de uma centena de Assistentes Sociais na zona centro, e em fevereiro de 2002, aderimos à greve Nacional de Assistentes Sociais com manifestação em Lisboa, frente ao Ministério da Segurança Social. Integramos uma comitiva do STFPC e em representação dos Assistentes Sociais, fomos recebidos pelo Dr. Rogério Pacheco, adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Sociais, (Comunicado nº015/TSSS-STFPC, fevereiro 2002).

se da provisão de serviços assistenciais, ao criar as condições legais, a par das participações financeiras, que permitam a execução de protocolos entre o Estado e as instituições do terceiro sector”.

Pela nossa análise se confirma que o Estado, nomeadamente a Segurança Social foi das entidades que mais empregou Assistentes Sociais até 2001. Com a restrição de aberturas de concursos públicos a partir de 2010 (Martins, A., Tomé, R., Carrara. V., 2015) e a expansão de respostas sociais ao nível do terceiro sector, estima-se a sua oferta atual num patamar superior ao do emprego público (Branco, 2009).

No Centro Distrital de Coimbra assistimos após 2006, à partida de muitos colegas para a situação de aposentação e os seus lugares não foram repostos. A partir de 2007 a Segurança Social implementa os Protocolos¹⁸ no âmbito do RSI, contratualizando em Coimbra com a Cáritas Diocesana para o acompanhamento de 210 famílias. Coimbra é o concelho do distrito com maior número de processos de RSI ativos, no entanto só tem um Protocolo enquanto o concelho da Figueira da Foz tem dois. Este exemplo demonstra que a contratualização com o terceiro sector depende de condicionantes como o tipo de instituição disponível e o investimento feito nos diagnósticos locais. No concelho de Coimbra a distribuição de processos por técnico é assimétrica, sem critérios objetivos, reveladora de uma prática meramente técnica elementar. Perde-se o legado teórico-prático do serviço social (Netto, 2013).

Em 20 anos, no distrito de Coimbra, o número de Assistentes Sociais afetos ao terceiro setor, responsáveis pela implementação da medida RMG/RSI, aumentou 1.250%, e no ISS,IP aumentou 85,7%. Contudo, nos últimos catorze anos (2001-2015) a tendência manteve-se no sector privado com aumento de 285% mas no público reduziu 38%. Estes resultados são demonstrativos da tendência de desvalorização do trabalho dos Assistentes Sociais afetos à Ação Social-RSI na Segurança Social. Com o desinvestimento nas funções sociais do Estado, estes Assistentes Sociais providos por direito através de concurso público, com prestação de prova escritas para ingresso na administração pública, entrevista e avaliação curricular, recrutados entre os mais experientes e que optaram, na sua maioria, por um emprego público em detrimento de vínculos efetivos no privado, deparam-se na atualidade com as carreiras congeladas e os vencimentos reduzidos¹⁹. Os seus pares Assistentes Sociais, com a mesma

¹⁸ Despacho nº 451/2007, de 10 de janeiro.

¹⁹ Com a entrada em vigor da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, procedeu-se à redução das remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a 1 500€, nos seguintes termos:

categoria e anos de serviço, que se mantiveram no sector privado, por opção ou por falta de provimento nos concursos públicos, auferem um vencimento 10% superior, em média, segundo dados do STFPC²⁰, atendendo a que nem todas as IPSS's optam pelas tabelas mínimas e não sofreram congelamento de carreiras, progressão e promoção, mudando de categoria profissional por cada três anos de trabalho efetivo e avaliação de Bom.

Tabela nº 1: Nº Assistentes Sociais afetos ao RMG/RSI – ISS,IP-CDC/IPSS- Distrito de Coimbra

	1995	2001	2010	2015
ISS,IP-CDC	14	42	30	26
IPSS (Protocolos e Acordos Atípicos)	2	7	21	27
TOTAL	16	49	51	53

Fonte: ISS-Centro Distrital de Coimbra – Núcleo Local de Inserção/RSI e Mirão. N. (2015)

A par do aumento do número de Assistentes Sociais, cresceu até ao ano 2010 o número de beneficiários de RMG/RSI no distrito de Coimbra. A partir desta data houve uma quebra significativa no número de beneficiários de RSI, como podemos comprovar na Tabela nº 2. Esta redução deve-se a um conjunto de medidas de fiscalização e controlo, impostos para a manutenção da prestação, tais como, a continuação do reforço da fiscalização domiciliária de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, obrigatoriedade de validação anual de condições de atribuição da prestação, penalização de falsas declarações, a melhoria do cruzamento de dados com as bases fiscais, para aferição de património e rendimentos de capitais.

Tabela nº 2: Total de beneficiários de RMG/RSI Segurança social - Distrito de Coimbra

	2003	2009	2010	2011	2012	2013	2014
TOTAL	10.729	15.797	16.529	13.396	13.220	11.135	10.003

Fonte/Entidade: II/MSESS/ PORDATA atualizado em 2015/03/04

- 3,5% sobre o valor total das remunerações superiores a 1 500€ e inferiores a 2000€;
- 3,5% sobre o valor de 2 000€ acrescido de 16% sobre o valor da remuneração que exceda os 2 000€, perfazendo uma redução global que varia entre 3,5% e 10%, no caso das remunerações iguais ou superiores a 2000€ até 4 165€;
- 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4 165€.

²⁰ Segundo dados do STFPC na administração pública o Índice 100 = 343,28€, conforme Portaria 1553-C/2008, de 27 de fevereiro e nas Misericórdias o Índice 100 = 393,55€.

A alteração das políticas sociais apontam para consequências no exercício da profissão dos Assistentes Sociais com implicação nas condições de trabalho, reduzindo a atividade ao assistencialismo ou à monitorização do terceiro sector (Behering, 2009).

De facto, houve bastantes avanços ao nível da especialização do Serviço Social na Segurança Social. Como serviço desconcentrado do ISS/IP, o Centro Distrital de Coimbra criou, em 2012, duas unidades orgânicas, sendo uma delas a Unidade de Desenvolvimento Social e Programas que compreende três Núcleos. Destacamos o Núcleo de Intervenção Social, onde exercemos funções, composto maioritariamente por Assistentes Sociais, cujas competências se resumem essencialmente ao acompanhamento das famílias beneficiárias da prestação de RSI e à realização do atendimento social no distrito de Coimbra. Este núcleo tem a particularidade de ter Assistentes Sociais afetos a cada concelho, sendo que estes realizam as suas funções nas instalações dos serviços locais da Segurança Social, estando afastados da sede, consequentemente mais isolados. O seu trabalho centra-se essencialmente no registo e pesquisa na base de dados do sistema informático da Segurança Social, desenvolvido desde 2005, permitindo muitos avanços ao nível de registos e pesquisa nacional. Todavia, o olhar do Assistente Social encontra-se encerrado num cenário pré definido a partir da matriz dos registos. Desde 2012 a relação de trabalho dos Assistentes Sociais, no Núcleo de Intervenção Social em Coimbra, é inexistente em equipa. Deixou de haver intervenção crítica, prova disso é a ausência de reuniões de serviço, reflexão, estudo ou realização de projetos. Segundo Behering (2009), o Assistente Social que pensa, cria, negocia nas parcerias, articula e elabora, deixa de ser necessário.

Segundo Raichelis (2013) no sector público as mudanças tecnológicas permitiram a incorporação da “cultura de gerência”, esvaziando os Assistentes Sociais de capacidade reflexiva e crítica, centrando o seu trabalho nas dinâmicas institucionais ligadas a metas e objetivos de produtividade. Neste contexto de retração dos direitos sociais, a intervenção profissional do Serviço Social fica prejudicada. A valorização das medidas assistencialistas, e o esvaziamento das funções do Estado saturam as práticas profissionais do Serviço Social.

A reestruturação do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais surgiu, com mais visibilidade, perante o agravamento da questão social e a desresponsabilização do Estado face as Políticas Sociais universais. A expressão deste facto está espelhada no regulamento, relativo à organização e composição das diferentes equipas técnicas que asseguram a

intervenção no serviço de atendimento e acompanhamento social²¹. A implementação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) em fase de procedimento concursal de 01/07/2015 a 23/07/2015 (www.portugal2020.pt) e consequentemente o desenvolvimento do Serviço de Atendimento e Ação Social (SAAS) - resposta social para desenvolvimento da ação social e ação do serviço social, absorvendo o acompanhamento dos beneficiários de RSI, está exposta da seguinte forma no nº2 do art.º.2: “A constituição das equipas técnicas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social”. Consideramos que fica em aberto a permissão às entidades privadas para contratar profissionais de diferentes áreas no âmbito das Ciências Sociais abrindo a porta a qualquer “voluntário social”, dado que a equipa multidisciplinar, plural, conquista espaço para outras áreas das Ciências Sociais e perda para o Serviço Social. O diretor técnico, do estabelecimento social onde funcione o SAAS, poderá cumular com a coordenação desta resposta. Esta medida demonstra inequivocamente esvaziamento do trabalho do Assistente Social afeto ao RSI na Segurança Social.

Segundo Raichelis (2013) há que defender a esfera pública e as políticas sociais contra a mercantilização e privatização dos Serviços Sociais públicos, defendendo a universalidade dos direitos sociais. Behring (2009) considera que a defesa de políticas sociais universais é da competência dos próprios Assistentes Sociais.

De acordo com Netto (2013) a refilantropização da assistência está a afetar profundamente a intervenção profissional dos Assistentes Sociais. Existe uma hipertrofia nas condições do exercício das práticas profissionais assim como uma regressão na dinâmica profissional do Serviço Social. O Assistente Social com autonomia relativa num passado recente passa a ter uma autonomia regulada na atualidade.

Questionam-se os avanços que o Serviço Social alcançou no tempo do Welfare State.

²¹ Despacho nº 5743/2015 de 29 de maio.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho centra-se numa investigação sobre o impacto da austeridade na política de Segurança Social e sua implicação no trabalho dos Assistentes Sociais afetos à medida do Rendimento Social de Inserção no distrito de Coimbra. Apesar de se tratar de uma análise centrada num distrito, é importante dar conta da relação com a construção do Estado Social e as transformações da política de Segurança Social, nomeadamente após a revolução de Abril de 1974. O início do Estado Social coincide com um ciclo de crises mundiais, sentindo-se desde muito cedo as influências neoliberais. A aprovação da Lei de Bases da Segurança Social em 1984 e a entrada de Portugal na CEE em 1986 permite o desenvolvimento de programas de luta contra a pobreza. Passa a haver um maior investimento na área de Ação Social, terceiro sector, com consequente implicação na formação e contratação de Assistentes Sociais, necessários à implementação dessas medidas. Nos anos 90 surge a medida do Rendimento Mínimo Garantido como uma nova política de combate à exclusão social, alterada em 2003 para Rendimento Social de Inserção, no contexto de crise económica do XV Governo Constitucional de Durão Barroso e de descrédibilização da medida por parte de alguns políticos.

A crise global tem implicações na erosão do Estado Social. As reformas adotadas pelo Estado e pela Segurança Social desde 2010 têm implicações graves do ponto de vista das desigualdades sociais. O impacto da austeridade na política de Segurança Social em Portugal e as alterações produzidas, não reforçam o apoio aos mais pobres nem combatem a pobreza e a exclusão social. Há um desinvestimento no Estado Social. Como foi apresentado no decurso do trabalho, os apoios sociais baixaram, o RSI em 2013 chegou a menos famílias em relação ao ano 2010 (dados estatísticos do ISS,IP). Segundo a Lei de Bases da Segurança Social o Estado obriga-se a financiar o regime não contributivo (Ação Social) pelo orçamento de Estado, contudo desde a implementação das medidas de austeridade em 2010 reduziu a transferência de verbas em milhões de euros, penalizando as famílias. A aplicação do Decreto – Lei 70/210 de 16 de junho estabelece novas regras transversais à atribuição das prestações sociais, alterando o conceito de agregado familiar e condição de recurso. Este diploma conjugado com o congelamento do Indexante de Apoios Sociais (IAS), sem atualização desde 2009 mantendo-se no valor 419,22€, do qual faz depender o cálculo do valor de RSI,

contribuí para o aumento de indeferimento de processos de RSI. Defende-se a ideologia do Workfare impelindo os beneficiários de RSI para a integração no mercado de trabalho, sendo este na sua maioria precário, remunerado com baixos salários, ou inseridos em formação modular, mantendo os beneficiários sistematicamente ocupados a troco do cumprimento do contrato de inserção ou uma bolsa de formação de baixo montante, sem corresponder a uma inserção efetiva.

Em período de austeridade e de diminuição de recursos a Comissão Europeia apresenta novas medidas para auxílio dos mais carenciados, através da Estratégia Europa 2020. Investe essencialmente no terceiro sector e defende a redução do Estado Social.

O discurso do representante do governo, em matéria de Segurança Social, afirma manter as funções de “Estado Social de Parceria”, traduzindo-se na privatização das políticas e serviços sociais e transferindo as responsabilidades do Estado Social para o terceiro setor. A intervenção do Estado é cada vez mais diminuta e o corte com gastos sociais mais avultado. O Estado apresenta medidas filantrópicas e de solidariedade social que envolvem a sociedade civil, as famílias, as organizações, abdicando de políticas universais. Atualmente o Estado transfere o financiamento e as suas responsabilidades para o sector privado. A criação da Rede Local de Intervenção social (RLIS) em 2013, estando atualmente a decorrer as candidaturas para a generalização da sua implementação após o término dos projetos piloto, é expressão desta realidade, permitindo que a articulação entre serviços desconcentrados da Segurança Social, IPSS’S e outros agentes da comunidade, transite para uma entidade do terceiro sector. Estas estratégias inserem-se na Europa 2020 dominada por um modelo macroeconómico de exigência de medidas de austeridade e de redução do Estado Social, asfixiam o trabalho dos Assistentes Sociais remetendo-o ao assistencialismo. Empregam em condições salariais críticas, contratação precária, tornando os profissionais gestores de pobreza, desvalorizando as condições físicas de atendimento, ao nível do setor privado. Já o sector público apresenta redução de Assistentes Sociais na Segurança Social, com esvaziamento das suas funções, aumento da carga horária de trabalho, redução de vencimentos e desvalorização dos profissionais do Serviço Social, colocando-os ao nível dos outros técnicos superiores, com funções elementares e sem valorização curricular ou profissional.

Se no pós 25 de Abril o Estado Social necessitou de Assistentes Sociais interventivos e dinâmicos para o desenvolvimento das suas políticas, programas e promoção dos direitos sociais, hoje assistimos à regressividade do Serviço Social. Prova disso são os resultados

apresentados neste trabalho de investigação. Em vinte anos, no Centro Distrital de Coimbra e no âmbito do RMG/RSI, houve um crescimento do número de Assistentes Sociais em 85,7% e um crescimento exponencial de 1.250% no mesmo âmbito, para o terceiro sector. A partir da crise iniciada em 2008 foi mais visível a diminuição do número de Assistentes Sociais no Centro Distrital. Assistiu-se à transferência das responsabilidades do Estado em matéria de Ação Social, não significando menos investimento financeiro por parte do Estado. Desvalorizam-se Assistentes Sociais capacitados, experientes, interventivos, em prol da privatização e da contratação de efetivos de qualquer área das ciências sociais, pouco preparados, sem poder reivindicativo e por consequência mal remunerados.

Importa intervir no sentido da mudança desta realidade. Impera a luta contra a desqualificação do trabalho dos Assistentes Sociais e o regresso de Assistentes Sociais interventivos e participantes nas dinâmicas locais, com espaço para práticas proactivas e reflexivas, assentes em coesas e reais parcerias que permitam a construção de novas políticas sociais com criação de direitos universais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, A; Franco, R. (2007). *Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.

António, T. (2009). *Mercado e condições de Trabalho dos Assistentes Sociais no Concelho de Tomar*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Miguel Torga. Retirado em 04 de julho de 2015, de <http://repositorio.ismt.pt/xmlui/handle/123456789/198>.

Behring, E.R. (2003). *Brasil em contra - reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez.

Behring, E.R. (2009). *Politica Social no Contexto da crise capitalista. Serviço Social: Direitos e competências Profissionais*. Brasília – DF: CFESS, ABEPSS, p.301.321.

Branco, F. (2009). *A profissão de Assistente Social em Portugal*. CESS- Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia, UCP. *Locus Soci@l* 3/2009:61-89.

Bobbio, N. (1988). *Liberalismo e Democracia*. São Paulo. Brasiliense.

Canotilho, G. e Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra Editora.

Castel, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social. Uma crónica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Castel, Robert (2005). “*Devenir de L'état providence et travail social*” em Jacques Ion (dir), *le Travail Social em débat* [s], Paris , La Découverte, p.27-49.

Dias, M. (2010). *Os beneficiários do rendimento Social de Inserção: Trajectórias Sociais e Processos de Inclusão*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Retirado em 06 de Abril de 2015, de <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/55753/2/TESEMESMARIACAROLINADIAS000126875.pdf>.

Esping-Andersen, G. (1991). *As três economias do Welfare State*. Lua Nova, nº 24 Set.

Hespanha, P. (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*. Coimbra: Quarteto.

Hespanha, P; Carapinheiro. G (2002). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social recuar Mais?* Ed.1. Porto. Afrontamento.

Iamamoto, M.V. (2009). *Os espaços Sócio-Ocupacionais do Assistente Social. Serviço Social: Direitos e competências Profissionais*. Brasília – DF: CFESS, ABEPSS, UER,p.341-375.

Instituto de Segurança Social, IP (2015). *Guia Prático-Rendimento Social de Inserção*. ISS,IP. [Http://www2.seg-social.pt/em](http://www2.seg-social.pt/em) 03 de Março de 2015.

ISS,IP (1989). *Relatório de Avaliação do Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social– PDIAS- Concelho de Condeixa a Nova*. Serviço de Documentação do Centro Distrital de Coimbra. Relatório não publicado. AS-2902

Jacob, L. (2007). *A História das IPSS's em Portugal: Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Disponível em:<http://jornalpartilha.blogspot.com/2015/10/histria-das-ipsss-em-portugal.html>

Joaquim,C.,Cantante,F.,Mendes.H.,Albuquerque,J.L.,Silva.M.C.,Pires.M.,Junqueira.V. (2014). *Os problemas e as Soluções para a Segurança Social*. Observatório sobre crises e alternativas. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES).

Laurell, A.C. (org.) (1995). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo* São Paulo, cortez/cedec.

Martins, A (1995). *Le travail social au Portugal*.Vie Sociale, 4, 42-59.

Martins, A (1999). *Génese, emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, A. e Tomé, R. (2008). *O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal- problemas e desafios à organização profissional*. 19º Conferência Mundial de Serviço Social, IFSW e CFSS, Brasil, Salvador da Bahia.

Martins, A., Tomé, R.,Carrara,V. (2015). *A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade*. Ser. Soc.Soc. São Paulo, nº 121p.95-124, jan./mar. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.015>.

Marx, K. (1985) *A miséria da filosofia*. São Paulo Global.

Moser, L. (2011). *A Nova Geração de Políticas Sociais no Contexto Europeu: Workfare e medidas de Ativação*. Ktálysis,14,1,68-72.Retirado em 14 de fevereiro de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/rK/v14n1/V14n1a08.pdf>.

Montaño, C. (2007). *Terceiro sector e questão Social: critica ao padrão emergente de intervenção social*. Cortez Editora: São Paulo.

Mota, A.E. (2014). *Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social*. Serv. Soc.Soc. São Paulo,n.120,p.694-705, out./dez. <http://dx.doi.org/10.1590/70101-6628.005>.

Mota, G. (2011). *As relações do Estado com o Terceiro Sector no Rendimento Social de Inserção. O emprego dos assistentes sociais na medida no distrito de Viseu (2005-2010)*.Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto Superior Miguel Torga Coimbra.

Mozzicafredo, J. (2000). *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. Celta Editora.

Negreiros, M.A.G., Martins, A., Henriquez, B.A., MC Donough. J.F. (1999). *Serviço social. Profissão & Identidade. Que Trajectoria?* Cadernos do Futuro.Veras editor.

Netto, J.P. (1993). *O Serviço Social Hoje*. Intervenção Social,7,53-58.

Netto, J. P. (2001). *Cinco Notas a propósito da “Questão Social”*. In: Temporalis. Brasília, ABEPSS, n.3.

Netto, J. P. (2013). *Assistencialismo e Regressividade Profissional no Serviço Social*. Lusíada. Intervenção Social, Lisboa, nº 41 [1º semestre de 2013].

Nunes, F; Reto, L.; Carneiro, M. (2001). *O terceiro sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa: INSCOOP.

Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) - 2010-2013.

Petras, J. (1999). *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, Furb. Col. Sociedade e Ambiente,nº3.

Pires, S. (2009). *Mercado de Trabalho em Serviço Social no Sector Público em Portugal nos anos 90*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Miguel Torga. Retirado em 15 de junho de 2015, de <http://repositório.ismt.pt/handle/123456789/186>

PORDATA (2015). *“Taxa de RSI”*. Páginas Consultadas em 15 junho 2015, disponível em WWW.podata.pt

Quivy, Raymond e Campenhoudt Luc Van (1992). *Manual de investigação em Ciências sociais*. Gradiva.

Raichelis, R. (2010). *Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas*. Serv. Soc. São Paulo, n.104,p. 750-772,out./dez

Raichelis, R. (2013). *Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial*. Serv. Soc.Soc., São Paulo,n.116,p.609-635, out/dez.

Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., Teles, N., Costa, A., Caldas, J.C., ... Pureza, J. M. (2014). *A Economia Política do Retrocesso. Crise, Causas e Objetivos*. CES. Edições Almedina.

Rodrigues, E. (2010). *O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: Discussão Teórica e Empírica em Torno do Rendimento Social de Inserção*. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, XX,191-230. Retirado em 07 de abril de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55949/2/eduardorodriguesestado0000127722.pdf>

Rodrigues, F. (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*; ISSS – Departamento Editorial, CPIHTS.

Rodrigues, F. (2003). *Acção Social na área da exclusão social*, Lisboa, Universidade Aberta.

STFPC (2002). Comunicado nº015/TSSS- fevereiro 2002.

Tavares, M. A. (2009). *As determinações económicas do movimento história e a natureza política do serviço social-Cpihts*

Varela, R. (2012). *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Bertrand Editora

Varela, R. (2013). *A segurança Social é sustentável*. Bertrand Editora